

Lex

SARA NAZARÉ, BEATRIZ LIMA E JOANA PIRIQUITO SANTOS SÓCIAS-FUNDADORAS DA NLP, "BOUQUETTE" DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Produtos contrafeitos e pirateados valem 2,5% do comércio mundial

As advogadas Sara Nazaré, Beatriz Lima e Joana Piriquito Santos decidiram avançar com um novo projeto societário e são sócias-fundadoras de uma "boutique" especializada em Propriedade Intelectual.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

O mercado da advocacia societária conta, desde o início de maio, com um novo projeto: uma "boutique" especializada em Propriedade Intelectual (PI), constituída por cinco profissionais oriundos da VdA. Sara Nazaré, Beatriz Lima e Joana Piriquito Santos, advogadas com 15 anos de experiência nesta área de prática, são sócias na nova sociedade, a NLP, que integra ainda João Carlos Assunção e Filipe Gomes. Ao Negócios, as fundadoras deste projeto explicam o que pretendem e falam sobre a forma como funciona a Justiça neste campo do Direito e a importância para as empresas de proteger as suas criações. É que, segundo dados da OCDE, os produtos contrafeitos e pirateados valem 2,5% do comércio mundial.

O que vos levou a avançar com este novo projeto de advocacia societária, muito focado numa área de prática como a Propriedade Intelectual (PI)?

Joana Piriquito Santos (JPS) - A aposta das empresas portuguesas em tecnologia e ciência gera inovação, que é a matéria-prima necessária para a proteção por direitos de PI [patentes, marcas registadas, direitos de autor]. A PI, ao promover a tecnologia e a inovação, serve também para construir um futuro mais sustentável e ser motor do progresso económico. Sentimos, por isso, que há margem de crescimento deste mercado em Portugal. Daí esta aposta.

A procura de apoio jurídico aumentou nesta área?

JPS - Aquilo que constatámos foi que mercado está cada vez mais exigente em termos de qualidade de serviço prestado e que há procura para um serviço mais especializado, mais personalizado e com uma abordagem diferenciadora nesta matéria.

A ligação a uma estrutura societária que oferece diferentes áreas de prática não permite melhores respostas às necessidades dos clientes?

Sara Nazaré (SN) - As necessidades dos clientes não são todas as mesmas. Se nos procuram com problemas específicos e concretos, esperamos tipicamente uma resposta que os resolva de forma hábil e que lhes chegue em poucas palavras e, sobretudo, de forma rápida. Para este perfil de clientes, isso dificilmente se compagina com estruturas hierárquicas pesadas.

São estruturas com menor capacidade de resposta?

SN - Algumas estruturas societárias [de advogados] são já tão grandes que a coordenação entre os seus departamentos acontece da mesma forma que a que se faz entre diferentes escritórios de advogados - através do computador, com a generalização do uso de ferramentas de proximidade de comunicação. Não há motivos para o cliente não ficar tão bem servido se concentrar os seus advogados num mesmo escritório como se o repartir por vários.

O que poderá diferenciar a NLP ao nível do trabalho jurídico nesta área de prática?

Beatriz Lima (BL) - Uma abor-

dagem 360º em PI e parcerias fortes são as nossas linhas orientadoras. Sendo uma sociedade especializada, procuramos estar mais próximos do cliente. Somos advogados de PI e, como tal, queremos dar a cada um dos nossos clientes uma resposta cabal nessa matéria.

Em que é que será sustentada essa abordagem 360º?

BL - Para sermos bem-sucedidos nesta visão 360º em PI, temos consciência que é necessário cruzar diferentes áreas do direito e do conhecimento, pelo que temos estado a desenvolver uma rede de parceiros especializados em polos estratégicos para os nossos clientes, tais como software / IA, biotecnologia, química/farmacêutica, eletrónica e materiais.

Querem apostar nas PME e nas startups, de que modo o pretendem fazer?

JPS - O meu primeiro contacto profissional com a PI foi em 2010 e começou no Instituto Pedro Nunes, em Coimbra, no departamento de Valorização do Conhecimento e Inovação, onde já se trabalhava no papel da PI nas empresas da incubadora. Contudo, passados mais de 10 anos, continuo a achar que servir as PME e as startups significa ainda, em muitos casos, alertar para a importância de ter uma estratégia de PI sólida.

De que forma se constrói essa estratégia?

JPS - Para uma startup, por exemplo, onde o capital de risco tem um papel muito relevante, uma negociação eficaz durante as várias rondas de investimento é essencial. Para que corra tudo bem nesta fase, é importante também garantir que a estratégia de PI existente é robusta. E há muitos processos que podem ser implementados para mitigar riscos e que vão facilitar estas negociações.

Estamos a falar apenas da proteção da PI criada por estas empresas?

JPS - Ter essa estratégia não é só sobre como proteger a PI gerada dentro de uma empresa, é também de saber como agir perante a infração desses direitos.

Que peso tem a infração desses direitos, como a pirataria?

JPS - A pirataria e as violações de PI representam um desafio significativo para muitas indústrias. Segundo a OCDE, com base nos



O mercado está cada vez mais exigente. [...] Há procura para um serviço mais especializado e mais personalizado.

JOANA PIRIQUITO SANTOS
Advogada, sócia fundadora da NLP



Um dos problemas mais sentidos na área da Propriedade é comum a toda a Justiça: a morosidade.

SARA NAZARÉ
Advogada, sócia fundadora da NLP

Duarte Roriz



As sócias-fundadoras do novo projeto de advocacia NLP, Beatriz Lima (à esquerda), Joana Piriquito Santos (ao centro) e Sara Nazaré.

dados de 2019, estima-se que o volume do comércio internacional de produtos contrafeitos e pirateados ascendeu a 464 mil milhões de dólares nesse ano, ou seja, 2,5% do comércio mundial.

Ter a equipa com experiência em litígios de Propriedade Intelectual que vantagens pode oferecer aos clientes?

BL - Mais experiência neste caso significa termos vivido um bocadinho de tudo, no sentido em que fomos confrontados com as mais variadas questões processuais, substantivas e práticas nos casos que acompanhamos. Isso só acontece quando se está envolvido em vários, complicados e trabalhosos processos, como é o nosso caso, tendo passado pelo Tribunal de Comércio, Tribunais Administrativos,

Tribunais Arbitrais e, mais recentemente, pelo Tribunal da Propriedade Intelectual.

Tudo isso ajuda.

BL - Tudo isso nos ajuda a sermos capazes de antecipar tendências, definir e implementar estratégias cada vez mais eficazes e soluções inovadoras orientadas para os objetivos específicos de cada um dos nossos clientes.

Que tipo de litígios são mais frequentes nesta área?

JPS - Temos acompanhado muitos litígios em matéria de patentes farmacêuticas, mas também na área das telecomunicações ou dos dispositivos médicos. Há ainda muitos litígios referentes a direito de autor, a marcas e desenhos ou modelos.



A formação especializada dos juizes em PI é fundamental. [...] Contudo, a realidade ainda não é essa.

BEATRIZ LIMA
Advogada, sócia fundadora da NLP

As respostas dos tribunais neste âmbito são suficientes?

SN - Infelizmente não. Um dos problemas mais sentidos, a morosidade, é comum a toda a Justiça. A situação é particularmente nefasta quando estão em causa patentes, que são direitos temporários (só duram, por regra, 20 anos a contar do seu pedido). Quando uma patente que tem só mais um ou dois anos de vigência pela frente está a ser violada e a resposta possível é uma providência cautelar que demora mais de seis meses a ser decretada (nalguns casos pode chegar a demorar um ano), a descrença no sistema de justiça português é inevitável.

Que soluções são necessárias ao nível da resposta da justiça para a área da Propriedade In-

telectual?

BL - A PI é uma área do direito dos motivos económicos: os recursos são escassos - em meios, em tempo, em pessoas. Há muito por onde melhorar, há que ver por onde começar.

Deve começar-se por onde?

BL - A PI é uma área do direito em si complexa e que se entrecruza com outras áreas científicas e tecnológicas. Nessa perspetiva, acarreta desafios próprios e que não são iguais noutros ramos do direito. Uma prova disso foi a criação do Tribunal da Propriedade Intelectual, que é um tribunal de competência especializada. E, nestes casos, a formação especializada dos juizes, que em PI deve ser necessariamente demorada, é fundamental. Contudo, a realidade ainda não é essa. ■